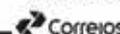


Saneamento e Municípios

Mala Direta
Básica

9912253251/2012 DR/BSB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE
SANEAMENTO



Dezembro 2014 • Janeiro 2015
Edição 149 • Ano XXVIII



ENTREVISTA:

LEO HELLER, DIRETOR DA ASSEMAE E NOVO
RELATOR DA ONU FALA SOBRE ÁGUA E SANEAMENTO

- Comissão Mista aprova MP para escalonamento de prazos da PNRS **pág 5**
- Oficina em Cuiabá capacitou gestores para elaboração dos Planos de Saneamento **pág 15**
- Novidades sobre a 45ª Assembleia Nacional **pág 22**



expediente

Saneamento e Municípios

Dezembro de 2014/Janeiro de 2015

Realização:



Associação Nacional dos Serviços
Municipais de Saneamento

SAS, Quadra 5, Bloco F, 2º andar,
Brasília-DF

CEP 70.070-910

(61) 3322-5911 / 3325-7592

www.assemae.org.br

imprensa@assemae.org.br

secretaria@assemae.org.br



@Assemae



ASSEMAE

Jornalista responsável:

Cida Gutemberg 10087-DF

Redação:

Cida Gutemberg e Gabriel Alves

Fotos:

Arquivo Assemae / Internet

Diagramação e Finalização:

Raiz Quadrada Design

Impressão:

Gráfica Artecor

Tiragem:

7.000 unidades

Seja um associado

associados@assemae.org.br

sumário

Poder Público Municipal é representado pela ASSEMAE na posse de Kassab	04
Comissão Mista aprova MP para escalonamento de prazos da PNRS	05
Associação marca presença no seminário do Plansab, em Brasília	06
ASSEMAE participa da 43ª Reunião do ConCidades	07
V Encontro de Cooperação Técnica destaca gestão eficiente do saneamento	08
Fortalecimento dos municípios é destaque no VIII Seminário de Tecnologia	09
Debate sobre saneamento abre Congresso da ABDE	10
Congresso Baiano destaca Universalização do Saneamento	11
ASSEMAE representa municípios durante Reunião do ConCidades	11
Leo Heller: "A ASSEMAE é uma luz acesa no rumo que o saneamento precisa trilhar no Brasil"	12
Participantes de todo o Brasil prestigiam o Congresso Mineiro de Saneamento	14
Oficina em Cuiabá capacitou gestores para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento	15
Assembleia paraense abordou gestão do saneamento	16
Proposta do Prêmio ASSEMAE é apresentada a Funasa e ANA	17
Espírito Santo elege nova Diretoria	17
Em Congresso Mundial de Resíduos, ASSEMAE debate Acordo Setorial de Embalagens	18
GTI-Plansab realiza 2ª reunião em Brasília	19
ASSEMAE tem vaga de titular e suplente no ConCidades	20
Municípios devem instituir controle social do saneamento por órgãos colegiados	21
Aprezentar no sumário: "Novidades sobre a 45ª Assembleia Nacional	22

Desde a sua fundação, a ASSEMAE vem ganhando credibilidade, ampliando a sua capacidade de articulação no cenário Nacional e se firmando como legítima representante dos municípios brasileiros na defesa dos serviços públicos de saneamento, com qualidade e gestão eficiente e eficaz.

A entidade não mede esforços e se faz presente nas diversas esferas do Governo em defesa dos interesses da população brasileira. A participação da ASSEMAE é fator determinante nos debates sobre saneamento. Prova disso são os encaminhamentos resultantes das reuniões do ConCidades.

O Congresso Nacional também é palco da luta incessante da Associação. Junto aos parlamentares, deixamos claro a necessidade da prorrogação dos prazos da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

E a entidade não parou por aí. Foram vários grandes eventos realizados no ano que se encerrou. São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina sediaram diversas atividades onde o saneamento básico, mais uma vez, foi tema central. O Paraná, por sua vez, realizou Assembleia Regional, além de eleição de diretoria, assim como o Espírito Santo.

E fomos representados em outros tantos eventos realizados por outras entidades. Recebemos diversos convites e participamos daqueles que estavam dentro das nossas possibilidades. Nos sentimos honrados em ter a presença requisitada em tantas ocasiões, o que está diretamente relacionado ao fato de a ASSEMAE ser, hoje, referência em saneamento.

Contamos, ainda, nesta edição de Saneamento e Municípios, com entrevista exclusiva de Leo Heller, novo relator da ONU sobre água e saneamento e conselheiro da Associação. Além disso, fique por dentro das novidades sobre a 45ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, que será em Poços de Caldas, de 24 a 29 de maio deste ano.

Convido a todos para que, neste novo período político brasileiro, lutemos ainda mais por qualidade de vida. A ASSEMAE coloca-se, novamente, à disposição dos municípios e reafirma o seu compromisso com o povo brasileiro.

Confira as notícias com os detalhes das nossas principais atividades e conquistas em 2014 e início de 2015.

Boa leitura.



Silvio José Marques
Presidente da Assemae

Poder Público Municipal é representado pela ASSEMAE na posse de Kassab



“Queremos que o novo ministro das Cidades tenha o compromisso com a reforma urbana, por meio da interface entre saneamento básico, habitação, mobilidade e planejamento”

Sílvio José Marques

O cenário político para o saneamento em 2015 já está se delineando. Um fato importante foi a posse do novo Ministro das Cidades, Gilberto Kassab. A cerimônia foi realizada no dia 5 de janeiro, em Brasília. O presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques, participou do evento, assim como o secretário executivo da entidade, Francisco Lopes. Ambos representaram o Segmento do Poder Público Municipal, que integra o Conselho das Cidades (ConCidades).

Na ocasião, Kassab defendeu as políticas públicas de desenvolvimento urbano e o diálogo com os movimentos sociais. Para uma plateia formada por ministros, parlamentares e representantes da sociedade civil, Kassab afirmou que pretende participar “ativamente” da terceira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3), com investimentos em logística, energia e infraestrutura.

Sobre as expectativas a respeito do novo ocupante da pasta,

o presidente da ASSEMAE espera efetividade. “Queremos que o novo ministro das Cidades tenha o compromisso com a reforma urbana, por meio da interface entre saneamento básico, habitação, mobilidade e planejamento”, comentou.

A transmissão do cargo foi feita pelo então ministro Gilberto Magalhães Occhi, que, em seu discurso de agradecimento, lembrou os avanços do programa “Minha Casa Minha Vida”, a exemplo da contratação de três milhões e 750 mil unidades contratadas.

Com a posse de Kassab, os municípios esperam o fortaleci-

mento institucional do Ministério das Cidades e de seu Conselho, bem como a implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O segmento municipal também deseja o aprimoramento do pacto federativo, no sentido de priorizar a participação ativa da União, Estados e municípios.

Além disso, existe a necessidade de garantir recursos permanentes do Orçamento Geral da União (OGU) para a mobilidade urbana, integrando-se às políticas de saneamento ambiental, habitação e planejamento urbano.

Sobre o ConCidades, o novo ministro destacou o caráter deliberativo do Conselho e seu papel na aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Para Kassab, o avanço social só pode acontecer por meio do diálogo com os segmentos que representam o povo. “É bom que seja assim: a atuação da sociedade, garantida pela natureza consultiva do Conselho. É chegando perto, ouvindo as pessoas, que se sente o pulsar da cidade e que se pode identificar suas necessidades”, frisou.

Comissão Mista aprova MP para escalonamento de prazos da PNRS

A Medida Provisória (MP) 658/2014, que altera a redação dos artigos 54 e 55 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), foi aprovada no dia 10 de dezembro, pela Comissão Mista formada para analisar a matéria no Congresso Nacional. A Medida propõe o escalonamento de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O tema vem sendo amplamente debatido pela ASSEMAE desde a 44ª Assembleia Nacional da entidade, realizada em 2014. Na ocasião, os participantes discutiram estratégias para cumprir a Lei de Resíduos Sólidos, culminando na elaboração

da “Carta de Uberlândia”, que sugere o escalonamento de prazos da Política, considerando o número de habitantes dos municípios. A emenda relatada por Hoffmann possui o mesmo alinhamento defendido pela ASSEMAE.

Segundo o Artigo 54 da MP, as capitais e cidades de regiões metropolitanas terão até dezembro de 2017 para implantar a disposição final adequada dos rejeitos. Para os municípios com mais de 100 mil habitantes ou situados a menos de 20 km da fronteira brasileira, o prazo será dezembro de 2018. As cidades com população entre 50 e 100 mil moradores poderão se adequar à lei até o final de 2019. Por fim, os

municípios que possuem menos de 50 mil habitantes terão como prazo dezembro de 2020.

“Para além dessa prorrogação, precisamos unir esforços no sentido de viabilizar o planejamento, que envolva a gestão dos serviços, a sustentabilidade econômica e financeira, e os investimentos necessários ao cumprimento da proposta acordada”, destaca o presidente da ASSEMAE, Sívio José Marques.

A Medida segue agora para votação no Plenário da Câmara de Deputados. Caso aprovada, será enviada para análise do Senado Federal, e só então, seguirá para ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Além da ASSEMAE, outras entidades também apoiam a proposta, entre elas, a Associação Brasileira de Municípios (ABM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), Ministério Público Federal e Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.



A atuação da ASSEMAE em favor dos municípios brasileiros é intensa e incessante. Prova disso é a participação, no dia 3 de dezembro da Audiência com a relatora da Medida Provisória (MP) 658 de 2014, senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) para debater a prorrogação dos prazos da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

lamentar comentou que as sugestões serão levadas ao plenário do Senado para aprofundar o debate. “Acolhemos a proposta porque temos conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos municípios no seu dia a dia, especialmente na falta de apoio técnico e financeiro”, disse a senadora Gleisi Hoffmann.

Associação marca presença no seminário do Plansab, em Brasília

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, realizou, na primeira semana de dezembro, o primeiro seminário regional sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). O evento ocorreu em Brasília, com a presença do presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques.

Os seminários regionais pretendem divulgar o Plano e sensibilizar os diversos agentes envolvidos no saneamento, visando a implementação das ações e metas previstas no documento. A ideia é levar a capacitação para todas as regiões do Brasil.

Segundo o cronograma divulgado pelo Ministério, o próximo evento será realizado no Rio de Janeiro,

em 10 de dezembro. Já as regiões Norte, Nordeste e Sul receberão os seminários ainda no primeiro semestre de 2015. A ação conta com o apoio do Conselho das Cidades (ConCidades) e do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Plansab).

O encontro é destinado para representantes do poder público, organizações não governamentais ligadas ao saneamento, universidades, movimentos sociais, trabalhadores, prestadores de serviços e agentes reguladores. “Os seminários são ferramentas importantes para



que os segmentos envolvidos com o saneamento possam esclarecer as eventuais dúvidas sobre o Plansab. A par dessas informações, poderemos fiscalizar o cumprimento das metas, garantindo a aplicação dos recursos previstos”, comentou o presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques.

Plansab

Conforme Decreto nº 8.141/2013, o Plansab define as metas para o saneamento em todo o país e prevê investimentos em torno de R\$ 508 bilhões para os próximos 20 anos.

O Plano, que foi amplamente debatido e defendido pela ASSEMAE, possui grandes metas, como o alcance de 99% de cobertura no abastecimento de água potável, a universalização da coleta de resíduos sólidos na área urbana de todo o país, e a redução de municípios em que ocorrem inundações ou alagamentos.



ASSEMAE participa da 43ª Reunião do ConCidades

Entre os dias 01º e 03 de dezembro de 2014, o Conselho das Cidades realizou, em Brasília, sua 43ª Reunião Ordinária, discutindo as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil. Como integrantes do Conselho, participaram do encontro o presidente da ASSEMAE, Sílvio Marques, e o secretário executivo da entidade, Francisco Lopes.

Na ocasião, os conselheiros debateram uma série de assuntos que visam a melhoria da qualidade de vida nos pequenos, médios e grandes municípios. A programação teve reuniões entre os comitês técnicos de habitação, mobilidade, planejamento urbano e saneamento, bem como dos segmentos sociais representantes do poder público estadual e municipal,



movimentos populares, empresários, trabalhadores, organizações não governamentais e universidades.

“Os municípios têm um papel importante no cenário político nacional, pois são os responsáveis diretos pela ampliação da qualidade de vida dos brasileiros. Por essa razão, estamos unidos na discussão das pro-

blemáticas comuns do segmento, buscando soluções para construir cidades mais sustentáveis e inclusivas”, disse Sílvio Marques.

Dentro do ConCidades, a ASSEMAE coordena as reuniões do segmento do Poder Público Municipal, que é formado por representantes de oito entidades municipalistas.



Seja um associado

Podem se associar à entidade os serviços municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbana, além dos sócios individuais.

Os associados da ASSEMAE recebem uma série de benefícios, como valores diferenciados nos eventos e cursos realizados pela entidade e em alguns de seus parceiros, fornecimento constante de informações sobre saneamento básico, exemplares gratuitos de publicações da ASSEMAE e aconselhamento estratégico, entre outros.

Além disso, o associado passa a contar com uma instituição de credibilidade internacional para sua representação junto ao poder público e sociedade civil.

Ao associar-se, você está investindo no saneamento básico de seu município! Faça seu cadastro pelo site assemae.org.br, pelo e-mail associados@assemae.org.br ou ligue para (61) 3322.5911/ 3325-7592.



Associação Nacional dos Serviços
Municipais de Saneamento

V Encontro de Cooperação Técnica destaca gestão eficiente do saneamento

O ano de 2014 foi repleto de eventos importantes para a entidade, entre eles a quinta edição do Encontro Estadual de Cooperação Técnica, uma iniciativa da ASSEMAE - Regional de Santa Catarina e da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Sob o tema central “Universalização com Gestão Eficiente e Sustentabilidade”, os participantes estiveram reunidos entre os dias 26 a 28 de novembro de 2014, na cidade de Florianópolis (SC).

O encontro discutiu as possibilidades de investimentos para o setor de saneamento por meio de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), bem como as aplicações da Portaria nº 2.914/2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

A abertura do evento contou com a presença do presidente nacional da ASSEMAE, Sílvio José Marques, do presidente da Regional de Santa Catarina, Aluir Flemming, e do superintendente regional da Funasa/SC, Adenor Piovesan.



A primeira palestra da programação apresentou a atuação da ASSEMAE junto aos municípios brasileiros, no sentido de contribuir para a melhoria da gestão pública e garantir a universalização do saneamento básico. Na sequência, ocorreu uma exposição técnica focada em modernização dos sistemas de distribuição de água e estação elevatória unifamiliar, com a participação das empresas parceiras. Fechando o dia, foram discutidos os recursos do PAC em Santa Catarina, e as perspectivas de novos investimentos para o setor.

No segundo dia de evento, a programação teve início com duas pales-

tras, uma sobre a gestão eficiente do saneamento básico, e a outra em relação ao controle de perdas de água. Em seguida, aconteceu uma nova exposição técnica, dessa vez abordando as soluções de telemetria.

Na sequência, houve um painel para tratar sobre o licenciamento de sistemas de abastecimento de água, além do debate sobre as aplicações da Portaria 2914/2011 no controle da qualidade de água. Na ocasião, outra empresa parceira fez a apresentação de sistemas de impermeabilização para estação de tratamento de água e esgoto, com durabilidade superior a 20 anos.

E para encerrar, os participantes tiveram a oportunidade de aprofundar o conhecimento em contaminantes emergentes que afetam o consumo humano de água. Logo após, foi a vez da apresentação sobre soluções inovadoras para sistemas de água e esgoto. A última palestra do evento teve como tema o papel da Funasa no apoio à gestão e controle da qualidade da água nos sistemas municipais.





Fortalecimento dos municípios é destaque no VIII Seminário de Tecnologia

A discussão sobre a necessidade de fortalecer os municípios para melhoria da gestão nos serviços de saneamento básico marcou o VIII Seminário de Tecnologia em Saneamento Ambiental, uma iniciativa da ASSEMAE - Regional São Paulo, em parceria com o SEMASA - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

Realizado entre os dias 10 e 12 de novembro de 2014, o evento atraiu cerca de 350 participantes. Eles puderam acompanhar uma série de debates sobre temas de conjuntura nacional do saneamento, como a segurança hídrica, gestão pública dos serviços, interdependência entre os entes federados, possibilidades de financiamento e de revisão de contratos do setor, coleta seletiva, logística reversa de embalagens em geral e sistema de qualidade. Uma feira de saneamento e apresentações de tecnologia mostraram equipamentos e sistemas modernos que têm sido utilizados pelo setor.

O VIII Seminário foi realizado no Teatro Municipal de Santo André, e os debates foram conduzidos por palestrantes e moderadores com larga experiência em questões do setor, representando segmentos como o governo federal, poder judiciário, indústrias, universidades, organizações não governamentais, e serviços públicas de saneamento.

Como desdobramento, foi aprovada a Carta de Santo André. “Acreditamos que nenhum país alcançará seus objetivos de desenvolvimento sem considerar adequadamente o gerenciamento de seus recursos hídricos. Para tanto, é fundamental criar um esforço contínuo pela melhor integração intersetorial, notadamente nas relações entre recursos hídricos, energia e saneamento”, afirma um trecho da Carta aprovada por aclamação.

“O evento vem de encontro à política de saneamento que todos perseguimos para melhor atender à população. Por isso, acredito que

cumprimos nosso papel de proporcionar um debate de qualidade, centrado em temas importantes para o saneamento, a exemplo da segurança hídrica e da gestão pública dos serviços”, destacou o presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques.

Já o superintendente do SEMASA, Sebastião Ney Vaz Jr., enfatizou a importância de aprofundar a discussão sobre os desafios do saneamento. “Nós, gestores públicos, precisamos deste tipo de debate na medida em que temos problemas comuns a resolver. Já está na hora de ultrapassarmos barreiras e unirmos esforços em defesa dos serviços de saneamento”, disse.

Para o presidente da ASSEMAE - Regional São Paulo, Aparecido Hojaij, o seminário superou todas as expectativas da organização. “A expressiva participação do público, a riqueza dos debates e a satisfação dos expositores são indícios que comprovam o sucesso do encontro”, comentou.

Debate sobre saneamento abre Congresso da ABDE



Em sua sétima edição, o Congresso da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE) teve como destaque a discussão sobre as possibilidades de operações financeiras para o saneamento básico, a partir do Project Finance. Na abertura do evento, no dia 06 de novembro de 2014, o presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques, foi um dos debatedores convidados.

Considerado um modelo de estruturação financeira formado por uma rede de contratos coligados, o Project Finance relaciona-se ao fluxo de caixa de um projeto, pelo qual a segurança se estabelece por meio dos ativos e recebíveis advindos desse mesmo projeto.

Na prática, o modelo utiliza o fluxo de caixa do empreendimento para liquidação da dívida entre investidores e financiadores, possibilitando que os empréstimos sejam garantidos a partir de receitas futuras. Isso significa maiores facilidades para viabilização de financiamentos, inclusive na área de saneamento básico.

“A origem dos problemas que travam os financiamentos do setor está na ausência de planejamento. É preciso elaborar planos de saneamento que reflitam a real necessidade dos municípios, afinal, só conheceremos os desafios das cidades, tendo como base um planejamento concreto, para identificar onde o investimento se faz necessário”.

Sílvio José Marques

O painel também teve a participação do professor da Universidade Federal de Pernambuco, Marcos Nóbrega; e do procurador do Estado do Rio de Janeiro, Thiago Cardoso Araújo, que abordaram as diretrizes de licitações e contratos que utilizam Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Para Sílvio Marques, o saneamento é uma política pública que exige grandes investimentos. “A origem dos problemas que travam os financiamentos do setor está na ausência de planejamento. É preciso elaborar planos de saneamento que reflitam a real necessidade dos municípios, afinal, só conheceremos os desafios das cidades, tendo como base um planejamento concreto, para identificar onde o investimento se faz necessário”, completou.

O Congresso da ABDE ocorreu no auditório do UniCEUB, em Brasília, com a participação de consultores jurídicos, economistas, professores, estudantes, gestores públicos, além de representantes de organizações não governamentais. Seu tema central esteve em torno do “Direito, Economia e Políticas Públicas”, buscando incentivar a produção científica e a disseminação de novas informações.

A programação também incluiu a exposição de trabalhos científicos e o lançamento de livros. Entre os temas abordados, destacaram-se a proposta de código comercial, regulação em infraestrutura aeroportuária, estrutura econômica do Direito internacional e as medidas estruturais em atos de concentração.

O evento foi uma iniciativa da ABDE, UniCEUB e do Núcleo de Estudos em Direito & Economia (NEDE), e contou com o apoio de empresas e associações de classe, entre elas a ASSEMAE.

Congresso Baiano destaca Universalização do Saneamento



A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) promoveu, de 17 a 20 de novembro de 2014, na cidade de Barreiras (BA), o III Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental (CO-

BESA). Na ocasião, o presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques, preferiu palestra sobre a universalização do saneamento básico e seus subsídios financeiros.

O congresso, que é bianual, tem se consolidado como um dos mais importantes eventos da área no Estado da Bahia. A programação incluiu palestras, minicursos, painéis, apresentação de trabalhos técnicos e feira de exposições. O evento teve como tema “Gestão Ambiental e do Saneamento Básico: Desafios para o Desenvolvimento Sustentável”.

Entre os assuntos debatidos destacaram-se o abastecimento de

água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e gasosos; recursos hídricos e drenagem de águas pluviais; política, gestão e participação social; e por fim, recursos energéticos.

“O momento foi oportuno para contextualizar a universalização do saneamento como elemento básico ao desenvolvimento sustentável. Acreditamos que é fundamental debater a adoção de uma política de subsídios, como meio para facilitar o acesso da população de baixa renda aos serviços de saneamento com qualidade”, comentou Sílvio Marques.

ASSEMAE representa municípios durante Reunião do ConCidades

Representantes de vários setores da sociedade civil e do poder público participaram da 42ª Reunião do Conselho das Cidades (ConCidades), de 29 a 31 de outubro de 2014, para discutir os desafios e perspectivas para o desenvolvimento urbano, após o processo eleitoral. O encontro ocorreu na sede do Ministério das Cidades, em Brasília, e reuniu, aproximadamente, 180 pessoas.

Além de autoridades do Governo Federal, a mesa de abertura teve a presença dos segmentos sociais que integram o Conselho, a exemplo do poder público estadual, movimentos populares, trabalhadores, empresários, universidades e organizações não governamentais. Na ocasião, o secretário executivo da ASSEMAE, Francisco Lopes, representou o Segmento do Poder Público Municipal, destacando a importância de ampliar



o debate sobre as questões que impactam o cotidiano dos municípios.

De acordo com Francisco Lopes, o movimento municipalista reconhece os avanços das políticas públicas, mas também espera fortalecer as iniciativas nas áreas de mobilidade urbana, saneamento básico, plane-

jamento do solo urbano e regularização fundiária. “Nossos ideais visam à criação de um sistema de desenvolvimento urbano, com garantia da aplicabilidade das políticas públicas junto aos municípios brasileiros, tornando as cidades mais modernas e inclusivas”, acrescentou.

Leo Heller: “A ASSEMAE é uma luz acesa no rumo que o saneamento precisa trilhar no Brasil”



Anunciado em novembro de 2014 como o novo relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o “Direito à Água e Saneamento”, o professor Leo Heller concedeu entrevista exclusiva à ASSEMAE, destacando a importância da Entidade para os avanços do saneamento brasileiro nos últimos anos. Para ele, a “ASSEMAE é uma luz acesa no rumo que o saneamento precisa trilhar no Brasil”.

O professor, que é suplente do Conselho Diretor Nacional da ASSEMAE, possui mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com pós-doutorado pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. Atualmente é professor voluntário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integrando o Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas e Gestão em Saneamento.

Além de estudar os aspectos da saúde relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, o mineiro atua fortemente na elaboração de políticas públicas destinadas ao setor. Foi ele o coordenador do estudo “Panorama do Saneamento Básico no Brasil” e da primeira versão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que define metas para o saneamento brasileiro e prevê investimentos em torno de R\$ 508 bilhões até 2033.

ASSEMAE: Como o senhor recebeu a indicação da ONU para ocupar o cargo de relator?

Heller: A ONU abre uma chamada a candidaturas, e eu me inscrevi. Houve 26 candidatos de várias partes do mundo, como Ásia, África, Europa, América do Norte e outros da América Latina. Depois é composta uma comissão de seis embaixadores, um de cada continente, que faz uma lista mais curta de concorrentes e realiza entrevistas com todos eles. Na terceira etapa, a comissão faz um relatório, indicando uma lista tríplice e ordenada. Em seguida, o presidente do Conselho de Direitos Humanos faz a sua indicação, que pode ser o primeiro nome da lista, pode ser outro, ou pode ser alguém que não esteja na lista. Eu fiquei como primeiro da lista, e ele também me indicou. A última etapa é uma decisão do próprio Conselho de Direitos Humanos, que confirma ou não a indicação do presidente, que nesse caso confirmou o meu nome.

Qual sua avaliação sobre o panorama do saneamento básico no Brasil?

O Plansab mostra que ainda temos muitos desafios. O país tem avançado, isso é inegável. Tem avançado em vários aspectos: o financiamento está mais estável, a gestão está melhorando, existe um endereço em Brasília - no Governo Federal - que está se responsabilizando por coordenar, ou tentar coordenar as ações. Também existe uma lei, um decreto, os prazos, então, esses são avanços notáveis. Mas o déficit ainda é alto, e o saneamento tem uma dinâmica, tem uma velocidade, que não se consegue superar um déficit desse tamanho muito rapidamente. É necessário ter

uma política de décadas e que seja estável, continuada, sem interrupções. Nesse sentido, é muito importante que a mensagem do Plansab seja de fato observada, o que na prática sugere a estabilidade dessa política nos próximos 20 anos, que o financiamento seja crescente, que se invista não apenas em obras, mas também na estruturação, principalmente dos municípios e Estados, para a gestão. Aí avançaremos, poderemos atingir as metas do Plansab que já trariam para o Brasil, em 2033, uma situação bastante próxima da ideal.

Qual a importância da ASSEMAE para os avanços do saneamento nos últimos anos?

É quase um consenso mundial de que o principal agente público do saneamento é o poder local. E a ASSEMAE representa exatamente isso, o poder municipal. E mesmo que no Brasil existam muitos serviços que são prestados por delegação, principalmente as companhias estaduais, ainda assim o poder local tem um papel central. Então, a ASSEMAE representa a força do poder local. Eu acompanho muito de perto o trabalho da ASSEMAE, sou do Conselho Diretor como suplente, e vejo que ela tem tido, desde a sua criação, um papel fundamental de fortalecer os municípios, de chamar a atenção do governo para a importância da prestação do serviço municipal. A ASSEMAE é uma luz acesa no rumo que o saneamento precisa trilhar no Brasil.

Qual a expectativa para o 2º mandato da presidente Dilma Rousseff, em relação ao setor de saneamento?

A expectativa que eu tenho é avançar sempre. Eu não chamaria

isso de expectativa, é esperança. Expectativa supõe uma análise política, que eu não gostaria de fazer. Na verdade, o mais importante é que independente de quem seja o gestor, que a política seja consistente, continuada, cada vez mais aperfeiçoada, que haja uma boa coordenação dos órgãos federais vinculados ao saneamento, e que o financiamento se mantenha. Mas, uma mudança que eu acho que seria fundamental é que o financiamento não fosse apenas para obras. E tem sido assim. Acredito ser necessário o forte investimento no que o Plansab denomina de medidas estruturantes. Essa seria uma mudança fundamental para que o Brasil mude de patamar nos próximos quatro anos.

Qual a importância das Assembleias Nacionais da ASSEMAE? O que o senhor espera da 45ª edição do evento?

As Assembleias são sempre muito interessantes, são momentos de conagração, de cada município expor suas experiências. Então, acredito que as Assembleias têm cumprido um papel importante, até mesmo de criar as redes, as relações entre os municípios. Mas, me parece que a parte política do evento também é muito importante, no sentido de aprovar as cartas finais e as recomendações elaboradas durante o encontro. Eu penso que esse é o coração da Assembleia. Tem que se pensar muito bem na Carta de Poços de Caldas, que tipo de mensagem ela vai dar aos vários níveis de governo, afinal, o documento pode ser uma pauta tanto para a própria ASSEMAE, como também pode ser indutora de boas políticas no país.

Participantes de todo o Brasil prestigiam o Congresso Mineiro de Saneamento



Entre os dias 25 a 27 de setembro de 2014, o município de Poços de Caldas (MG) foi palco do III Congresso Mineiro dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, uma iniciativa da ASSEMAE - Regional Minas Gerais, em parceria com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) da cidade. Com recorde de público, o evento teve a participação de grandes especialistas da área, promovendo um amplo debate sobre os subsídios para implantação de políticas de saneamento nos municípios.

O encontro reuniu, aproximadamente, 250 pessoas, entre gestores públicos, estudantes, técnicos e pesquisadores da área. Cerca de 40 municípios de Minas Gerais enviaram seus representantes para integrarem as discussões sobre a prestação de serviços de água e esgoto. O evento também contou com participantes de outros Estados brasileiros, como Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Rio

de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

A programação se dividiu em seis painéis de discussão, com destaque para os procedimentos necessários à municipalização dos serviços de água e esgoto, os planos municipais de saneamento e suas experiências exitosas, as políticas públicas destinadas ao setor, e ainda, a regulação dos serviços de saneamento.

As palestras foram conduzidas por especialistas, assessores jurídicos, professores, diretores dos serviços de saneamento, além de representantes de organizações e autarquias. Todos eles, com larga experiência e conhecimento na área, o que resultou em debates pertinentes para o alinhamento da gestão nos serviços sanitários.

Como parte da programação, também ocorreu uma série de apresentações tecnológicas, cujo objetivo era demonstrar os novos equipamentos utilizados para melhoria

das atividades de saneamento. Os participantes tiveram, ainda, a oportunidade de conhecer a Estação de Tratamento de Água São Benedito, que passou a operar com sistema totalmente automático.

“Acreditamos que o evento alcançou seu grande objetivo de discutir os principais desafios e perspectivas do saneamento mineiro. Nossa intenção era provocar o debate sobre a importância da sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento, considerando essas atividades como um direito essencial para garantia da saúde e qualidade de vida da população”, comentou a presidente da ASSEMAE - Regional Minas, Tânia Maria Duarte.

Embora finalizado o III Congresso Mineiro de Saneamento, o município de Poços de Caldas continuará na agenda dos debates do setor. Em maio de 2015, a cidade sediará a 45ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, considerada um dos maiores eventos de saneamento da América Latina.

Oficina em Cuiabá capacitou gestores para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento



A capital mato-grossense recebeu, de 15 a 19 de dezembro, a última oficina de 2014 sobre “Política e Plano Municipal de Saneamento Básico”, uma iniciativa da ASSEMAE e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O encontro teve 60 participantes, entre gestores públicos, técnicos do setor de saneamento e representantes de organizações socioambientais.

A oficina capacitou os agentes locais para o processo de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme regulamenta o Decreto nº 8.211/2014, que exige dos municípios a finalização dos Planos até dezembro de 2015. Após essa data, a apresentação do documento será condição para o acesso a recursos orçamentários geridos ou administrados por órgãos ou entidade

da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

Os Planos estabelecem as diretrizes para os próximos 20 anos e com esse planejamento, os municípios podem participar de editais e receber recursos para essas áreas.

Entre outros aspectos, a oficina abordou a metodologia aplicada

ao plano, seus elementos, mobilização da população e controle social. Os instrutores foram Dirceu Scaratti, doutor em Engenharia de Produção, e também Fátima Maria Franz Hermes, que possui formação na área de Urbanismo e Administração Pública.

A capacitação contou com o apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo, Associação Brasileira de Municípios (ABM), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Associação Mato Grossense dos Municípios (AMM).

Em Cuiabá, a oficina atendeu ao recente acordo firmado entre a Funasa, Governo do Estado e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que pretende apoiar a elaboração dos Planos de Saneamento Básico de 106 municípios de Mato Grosso. Entre 2009 e 2013, um total de 26 municípios mato-grossenses conseguiram recursos e já estão com a elaboração do plano em fase final.

Periodicamente, a ASSEMAE promove cursos de capacitação para técnicos e gestores do setor de saneamento básico, como forma de desenvolver a gestão pública dos serviços de saneamento e melhorar a qualidade do atendimento à população. Para tanto, a entidade estabelece parcerias e convênios com órgãos de renome nacional, a exemplo da Funasa.

As oficinas de Planos são frutos dessa parceria com a Funasa, da qual resultaram quatro convênios de capacitação gerencial: Estruturação e Implementação de Consórcios Públicos de Saneamento, Gestão Econômico-financeira, Reduções de custos, foram realizadas 47 oficinas, com um total de 2.127 gestores e técnicos capacitados.

Assembleia paranaense abordou gestão do saneamento



A ASSEMMAE - Regional Paraná realizou entre os dias 28 e 29 de agosto de 2014 sua 34ª Assembleia Regional. O evento aconteceu em Marialva (PR), reunindo cerca de 150 participantes, oriundos de vários municípios do Paraná. Durante a ocasião, foi eleito o novo Conselho Diretor da Regional, que cumprirá o mandato 2015/2016.

O encontro promoveu um amplo diálogo sobre a gestão dos serviços de abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem urbana, os quais devem estar alinhados ao Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

A programação incluiu uma série de palestras técnicas, com destaque para o debate sobre a fluoretação da água, que consiste na adição controlada de um composto de flúor à água de abastecimento público. Esta ação representa uma das principais medidas de saúde pública no controle da cárie dentária.

O presidente reeleito, Darci Ervino Shitz, ressaltou a importância da Assembleia para o fortalecimento

da Regional Paraná. “Todos os participantes tiveram a oportunidade de apreciar palestras técnicas, discutir as principais temáticas do saneamento e interagir uns com os outros. Por essa razão, acreditamos que o evento cumpriu seu papel de disseminar e fortalecer a ASSEMMAE em nossa região”, afirmou.

Para o superintendente do Serviço de Água e Esgoto (SAE) de Marialva, Ademir de Souza, o encontro ampliou a integração da Regional. “A Assembleia possibilitou a troca de experiências entre os municípios, por meio da demonstração de novos processos tecnológicos, o que acaba fortalecendo a rede estadual de profissionais em saneamento”, completou.

Já o presidente da ASSEMMAE Nacional, Sílvio José Marques, destacou os avanços da Regional paranaense nos últimos anos. “O Paraná está entre os Estados com o melhor saneamento do país, segundo dados do Ministério das Cidades. Com certeza, a qualidade dos serviços é um reflexo do comprometimento da Regional, que sempre lutou pela manutenção de um meio ambiente limpo e salubre”, ressaltou.

Diretoria Regional 2015/2016:

Presidente: Darci Ervino Schitz (SAE de Marechal Cândido Rondon);
1º Vice-presidente: Cláudio Buzetti (SAMAE de Ibitiporã);
2º Vice-presidente: Ademir de Souza (SAEMA de Marialva);

Membros Efetivos:

Sérgio Barbosa (SAMAE de Prado Ferreira);
Cesar de Alencar Lemes (SAMAE de Alvorada do Sul);
Michel Caldato (Águas de Sarandi);
Luiz Carlos Demarqui (SAMAE Andirá);

Membros Suplentes:

Paulo Roberto Acosta (SAMAE de Lobato);
Marcos José dos Santos (SAMAE de Santa Mônica);
Gerson Nogueira Junior (SAMAE de Nova Santa Barbara);
Francisco Carlos Molini (SAE de Ribeirão Claro);
Airton Schimit (SABRA de Pato Bragado);

Sócios Individuais:

Oswaldo Bittencourt Júnior (Cidade de Jataizinho)
Marlon do Nascimento Barbosa (CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná)

Proposta do Prêmio ASSEMAE é apresentada a Funasa e ANA

No dia 09 de setembro de 2014, a ASSEMAE participou de reunião com representantes da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Agência Nacional de Águas (ANA) para apresentar a proposta do “Prêmio ASSEMAE para Universalização do Saneamento Básico”.

Por meio do prêmio, a ASSEMAE reconhecerá os municípios brasileiros e seus prestadores de serviços municipais pelos avanços conquistados quanto à universalização do saneamento. O projeto vem sendo construído por um comitê gestor, formado por diretores da entidade com experiência em gestão da qualidade.

A proposta contempla duas categorias de premiação: a de Excelência, que visa reconhecer os melhores



níveis de gestão do saneamento; e a categoria Avanços, que vai considerar a progressão dos serviços municipais diante da universalização. Para selecionar os vencedores, serão avaliados indicadores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e atenção básica à saúde.

O projeto prevê a realização do Prêmio a cada dois anos, com perspectiva da primeira edição ser lançada na próxima Assembleia Nacional da ASSEMAE, em maio de 2015. Os finalistas receberão uma certificação atestando sua eficiência no pleno atendimento à população dos serviços de saneamento básico.

Espírito Santo elege nova Diretoria

A Regional Espírito Santo realizou, no dia 3 de dezembro, a eleição de seu novo Conselho Diretor, que responderá pela gestão de 2015 a 2016. A votação foi na cidade de Rio Bananal (ES), dentro da programação de seminário técnico promovido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A presidência regional será ocupada por José Geraldo Ferreira Junior, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município de Jerônimo Monteiro. Já o diretor do SAAE de Rio Bananal, Alencar Gusmão de Souza, assumirá a vice-presidência. “Temos a missão de unificar os serviços municipais de saneamento do Espírito Santo em prol de melhorias conjuntas para o setor, com o objetivo de aumentar o número de associados

da entidade, estimular a adimplência e favorecer o fortalecimento institucional da ASSEMAE e suas Regionais”, destacou o presidente eleito.

“Parabenizamos os membros da nova diretoria regional do Espírito Santo, e nos colocamos à disposi-

ção para atuarmos unidos pela melhoria das atividades municipais de saneamento, sempre buscando a universalização dos serviços, a gestão pública e a sustentabilidade”, comentou o presidente da ASSEMAE Nacional, Sílvio José Marques.

Diretoria Regional do Espírito Santo (2015-2016)

Titulares

Presidente: José Geraldo Ferreira Junior (SAAE de Jerônimo Monteiro)

Vice-presidente: Alencar Gusmão de Souza (SAAE de Rio Bananal)

Diretor: Luiz Carlos Sossai (SAAE de São Mateus)

Diretor: Luciano de Bem Magalhães (SAAE de Baixo Guandu)

Diretor: João Carlos (SAAE de Itaguaçu)

Suplentes

Vagner José Martinho (SAAE de Guaçuí)

Vagner Lorencini (SAAE de Marilândia)

Marcos Antônio de Souza Carneiro (SAAE de Itapemirim)

José Maurício (SAAE de Iconha)

Valmir José Cristo (SAAE de Jaguaré)

Em Congresso Mundial de Resíduos, ASSEM



Na luta pela universalização e melhoria dos serviços municipais de saneamento, a ASSEMAE procura disseminar iniciativas que visam o manejo adequado dos recursos naturais. Por essa razão, a Entidade foi uma das parceiras do Congresso Mundial de Resíduos Sólidos (ISWA 2014), que aconteceu em São Paulo, de 08 a 11 de setembro de 2014.

Com o tema “(Re)Descobrimo um Novo Mundo – Soluções Sustentáveis para um Futuro Saudável”, o evento debateu as tendências da gestão de resíduos sólidos, que serão implementadas nos próximos anos. O Congresso foi uma ação da Associação Internacional de Re-

síduos Sólidos (ISWA), organização que atua pelo interesse público de desenvolver o setor para uma sociedade sustentável.

A programação incluiu trabalhos científicos, mesas-redondas, fóruns, pôsteres e artigos de opinião. O encontro reuniu cerca de mil participantes de vários países, estabelecendo uma rede global do setor de resíduos, com pesquisadores, autoridades públicas, técnicos e líderes empresariais.

Dentro da programação do evento, a ASSEMAE realizou uma reunião com representantes de prefeituras de várias regiões do país a respeito da implantação da logística reversa dos resíduos sólidos. Para colaborar nessa discussão, o presidente

da ASSEMAE, Sílvio José Marques, proferiu palestra sobre a proposta de acordo setorial para implantação da logística reversa de embalagens em geral, pontuando os instrumentos da gestão integrada e ambientalmente correta dos resíduos sólidos.

LOGÍSTICA REVERSA

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), a logística reversa pode ser definida como o instrumento que viabiliza a coleta e devolução de determinados resíduos sólidos ao setor produtivo responsável. Dessa forma, resíduos anteriormente descartados poderão ser reaproveitados pelo próprio fabricante ou em outros ciclos produtivos.

AE debate Acordo Setorial de Embalagens

Com o objetivo de regulamentar essa obrigação, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) publicou o Edital de Chamamento nº 2/2012, para receber, do setor empresarial interessado, projeto de Acordo Setorial. A proposta escolhida foi apresentada por um grupo de entidades empresariais, denominadas Coalização Empresarial, cujo texto permaneceu em consulta pública até o dia 20 de novembro.

Tal proposta apresenta uma série de responsabilidades exclusivas aos municípios, como a obrigação de arcar com todos os custos referentes à implantação da logística reversa de embalagens. Também

não foram ouvidas as diretrizes indicadas pelos municípios em documento enviado ao MMA em 2013, a exemplo da dispensa de licitação para contratação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, bem como a criação de entidade gestora nacional do sistema.

Para garantir a participação dos serviços públicos municipais de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos na elaboração da proposta de acordo setorial, várias entidades municipalistas e do setor de saneamento básico, além de órgãos estaduais, passaram a se mobilizar em favor das cidades brasileiras. Nesse sentido, foi criada uma “Coalização de

Interesse Público e Defesa dos Municípios”, com coordenação da ASSEMAE, cuja finalidade seria analisar a minuta da Coalização Empresarial e preparar as contribuições para consulta pública.

Como resultado das reuniões, a Coalização de Interesse Público elaborou uma proposta unificada dos municípios contendo 35 emendas, as quais foram inseridas no sistema eletrônico da consulta no formato de contribuições. Finalizando, as entidades protocolaram no MMA documento conjunto de sugestões, contendo o posicionamento dos municípios sobre a proposta em consulta pública.

GTI-Plansab realiza 2ª reunião em Brasília

A capital federal recebeu em 22 de julho representantes das instituições e entidades integrantes do Grupo de Trabalho Interministerial do Plansab (GTI-Plansab), que tem por finalidade acompanhar a implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico.

O encontro foi realizado no Ministério das Cidades e teve a presença do presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques, acompanhado do secretário executivo da Associação, Francisco dos Santos Lopes. Na ocasião, foi aprovada a ata da primeira reunião do grupo, além de debatidas as macrodiretrizes, es-

tratégias e programas relacionados ao Plansab.

O GTI tem como competência apreciar e discutir propostas apresentadas pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), vinculado ao Ministério das Cidades, ou por outra instituição representada no GTI-Plansab.

Também é sua atribuição constituir comissões técnicas, com a função de colaborar para o cumprimento das políticas públicas, incluir



representação formal de órgãos e instituições nos debates, convidar especialistas, pesquisadores e representantes de entidades públicas ou privadas, como forma de apoiar a execução dos trabalhos.

ASSEMAE tem vaga de titular e suplente no ConCidades



O Conselho das Cidades (ConCidades) promoveu, em 23 de julho de 2014, a cerimônia de posse do 5º mandato dos novos membros, titulares e suplentes durante a abertura da 41ª Reunião Ordinária, em Brasília (DF). Os novos conselheiros foram eleitos durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades, realizada pelo Ministério das Cidades, em novembro de 2013. A 41ª reunião Ordinária acontece até a próxima sexta-feira (25/07), em Brasília.

Na ocasião, Sílvio José Marques, presidente da ASSEMAE, foi empossado como titular do Conselho. “É de extrema importância que a ASSEMAE faça parte do ConCidades e que possa levar o saneamento para o centro dos debates, com o objetivo maior da universalização dos servi-

ços”, frisou. Por sua vez, Francisco dos Santos Lopes, secretário executivo desta entidade, é suplente na vaga do ConCidades.

O presidente do ConCidades e então ministro das Cidades, Gilberto Magalhães Occhi, saudou os novos membros e destacou a importância dos encontros. “Aqui estão todos os representantes que nós elencamos como sendo segmentos importantes para as cidades brasileiras. O diálogo está aberto e estamos aqui para apoiá-los na construção de uma melhoria para toda a sociedade”, disse.

O Conselho é composto por representantes dos setores público federal, estadual e municipal, de entidades do movimento popular, empresariais, trabalhadores, profissionais, acadêmicos, instituições de pesquisa, e de organizações não governamentais.

O Conselho das Cidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades. Responsável pela discussão e diálogo sobre a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), o ConCidades avançou na construção de marcos estruturantes da política urbana do país nas áreas de planejamento, habitação, saneamento, trânsito e mobilidade nos últimos anos.

Ao longo de mais de dez anos de funcionamento e após a realização de cinco Conferências Nacionais das Cidades, o ConCidades está consolidado como espaço de aprimoramento de políticas públicas voltadas a inclusão de todos os cidadãos. Um dos destaques foi a 5ª Conferência Nacional das Cidades, em 2013, que contou com a participação de mais de 240 mil pessoas de todo país.

A existência do conselho aponta o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia, o direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas.

Municípios devem instituir controle social do saneamento por órgãos colegiados



Desde o último dia 31 de dezembro de 2014, os municípios brasileiros que não instituírem o controle social do saneamento básico, por meio de órgãos colegiados, ficarão impossibilitados de obter recursos federais destinados ao setor. O prazo foi estabelecido pelo Decreto nº 8.211/14, que também exige dos municípios a finalização dos Planos Municipais de Saneamento Básico até dezembro de 2015.

Conforme define a Lei nº. 11.445/2007, considerada o marco regulatório do saneamento no Brasil, os órgãos colegiados para o controle social dos serviços públicos de saneamento devem incluir representantes de instituições governamentais, prestadores das atividades de saneamento e usuários desses ser-

viços, além de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor.

A participação da população poderá ser exercida por um conselho específico para a área de saneamento, ou por outro órgão colegiado já existente no município, como os conselhos de saúde, de meio ambiente ou de desenvolvimento urbano. Neste segundo caso, o município precisa assegurar a participação de representantes do saneamento, além de realizar as devidas adaptações das leis de criação.

É importante destacar que as operações em curso, realizadas entre os municípios e o Governo Federal, não serão atingidas pelo Decreto. Na prática, a exigência só terá efeito quanto à aprovação de proje-

tos futuros, assinados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para o presidente da ASSEMAE, Sílvio José Marques, toda a sociedade deve interagir na definição da política de saneamento e da implementação de suas ações. “O controle social tornou-se uma realidade concreta em muitas instâncias, na tentativa de comprometer o cidadão no interesse pelo comum, pelo que é de todos. Na área do saneamento não poderia ser diferente, dado a relevância dos serviços prestados à população. Portanto, os gestores públicos precisam estar atentos à criação desses canais de diálogo com a sociedade, contribuindo para a salubridade ambiental e melhoria dos serviços de saneamento”, destaca.

Pelo controle social, o processo participativo deve ser assegurado desde o princípio de sua instituição, o que na prática implica permitir a toda a sociedade decidir sobre a estrutura, objetivos e composição dos órgãos colegiados. Para isto, é apropriado que se realizassem convocações de audiências públicas ou de outros instrumentos de mobilização social, com a participação dos segmentos sociais interessados na discussão do assunto.

A ideia é que o órgão colegiado de controle social seja efetivado a partir da realidade de cada município, decisão que deve ser analisada e debatida entre o gestor público e suas comissões técnicas, na busca pela melhor solução para a realidade local.

Esperamos você na 45ª Assembleia Nacional da ASSEMAE!



Poços de Caldas (MG) espera você para a 45ª Assembleia Nacional da ASSEMAE. O evento está sendo organizado com total empenho pela comissão responsável pelo fórum de debates. Cada detalhe está sendo pensado para que esta edição seja um marco nas discussões sobre saneamento, algo que se faz necessário por conta do período político no qual o Brasil se encontra.

O evento oferece uma gama de oportunidades aos gestores, representantes dos serviços municipais de saneamento, técnicos, representantes das esferas governamentais, estudantes, entidades e à sociedade civil. Isso se dá pela vasta programação que está sendo montada com o objetivo de proporcionar análises aprofundadas sobre o saneamento, em suas diversas vertentes.

O público contará também com a esperada 19ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento e a Feira de Saneamento.



45ª ASSEMBLEIA NACIONAL DA ASSEMAE

Saneamento Ambiental, políticas integradas com participação social
24 A 29 DE MAIO DE 2015 | POÇOS DE CALDAS/MG

CERVANTES

*Poços de Caldas,
uma cidade que nasceu
das águas merece um
tratamento especial.*

O DMAE trabalha para garantir a todos os cidadãos de Poços de Caldas um tratamento de água e esgoto de alta qualidade.

Afinal, uma cidade tão preciosa merece ser bem tratada.



facebook.com/dmaepocos

19ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento - EEMS

Mostre o que o seu município tem feito na 19ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento

Durante a 45ª Assembleia Nacional, haverá a 19ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento – EEMS, que favorece a troca de informações entre pesquisadores e serviços municipais.

O autor do melhor trabalho técnico ganhará uma viagem internacional para participar de evento relacionado ao saneamento básico, com despesas de passagem e hospedagem custeadas pela ASSEMAE.

Além disso, serão escolhidos os três melhores trabalhos da Exposição, a partir da avaliação do texto definitivo e da apresentação do autor durante o evento. Os vencedores terão divulgação destacada nos veículos de comunicação da ASSEMAE e poderão submeter o trabalho na Revista Eletrônica de Engenharia Civil (REEC), uma publicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

DATA

25 a 28 de Maio

LOCAL

Poços de Caldas (MG)

Inscrição

O regulamento permite a inscrição de mais de um trabalho por autor ou grupo de autor, entretanto, não serão aceitos aqueles expedidos por correio ou fax. A inscrição somente será efetivada mediante o envio do resumo para o endereço eletrônico disponível no site da ASSEMAE (assemae.org.br) ou diretamente no hotsite da Exposição: www.trabalhosassemae.com.br/2015/000/.

Prazo	Trabalho Técnico
06 de fevereiro de 2015	Prazo final para envio, via Internet, do Resumo Expandido do Trabalho Técnico
30 de março de 2015	Divulgação dos Resumos Expandidos dos Trabalhos Técnicos selecionados para apresentação oral ou pôster
27 de abril de 2015	Prazo final para envio, via internet, do Trabalho Técnico completo e definitivo para inclusão no CD dos anais da Assembleia
25 a 28 de maio de 2015	Apresentação dos trabalhos técnicos

Realização



Coordenação Geral



Apoio



Prefeitura Municipal
de Poços de Caldas

Na 45ª Assembleia Nacional, haverá um espaço reservado para a apresentação de produtos e serviços do setor do saneamento. Os visitantes poderão conhecer o que há de mais recente em tecnologias, além de levar para o seu município aquilo que tornará o saneamento mais eficiente e eficaz.

A ASSEMAE reúne anualmente as empresas que estarão à disposição dos gestores e demais participantes do evento. O intuito é viabilizar o contato entre os dois grupos e garantir o resultado positivo. No espaço também são montados estande de serviços municipais de saneamento associados.



45ª ASSEMBLEIA NACIONAL DA ASSEMAE

Saneamento Ambiental: políticas integradas com participação social
24 A 29 DE MAIO DE 2015 | POÇOS DE CALDAS/MG

FEIRA DE SANEAMENTO DA ASSEMAE

Saneamento Ambiental: Políticas Integradas com Participação Social

24 a 29 de maio de 2015

Palace Cassino

Pça. José Afonso Junqueira - Poços de Caldas/MG

Estande extra de 12m²
R\$ 600 m²

Estande extra 12m²
R\$ 650 m²

- A Entrada Principal
- B Salas e Auditórios
- C Saídas de Emergência

- 1 Credenciamento
- 2 Depósito
- 3 Secretaria Administrativa
- 4 Banheiros
- 5 Convivência

- Estandes Disponíveis
- Estandes Reservados
- Estandes Comercializados



Garanta seu estande
atendimento@assem-ae.org.br
(61) 3322-5911 / 3325-7592